

ENTREVISTA - EM DEFESA DOS ROYALTIES

Renato Casagrande

“É a hora de o capixaba mostrar a sua cara”



Governador do Estado convoca população para ato público hoje

▲ DENISE ZANDONADI
dzandonadi@redgazeta.com.br

Pronto para participar, hoje à tarde, a partir das 14 horas, da manifestação em defesa dos royalties, na Praça dos Namorados, em Vitória, o governador do Estado, Renato Casagrande, falou ontem à tarde sobre a disputa entre os Estados, pacto federativo e outras questões relacionadas a esse assunto.

Depois de passar a terça-feira em Brasília, o senhor acredita que a votação na Câmara ficará para o próximo ano?

É possível, mas não é certo que isso aconteça. Por quê? Porque o governo federal não entrou na coordenação do debate desde o início. Só agora está dando sinais de que quer jogar a votação para mais adiante. No entanto, o Congresso Nacional não tem dado sinais de que pretende acatar essa recomendação.

Quer dizer que ele pode ser votado ainda neste ano?

Na terça-feira, conversei com os ministros Guido Mantega (Fazenda) e Gleisi Hoffman (Relações Institucionais), mas não senti segurança do governo federal. Não estamos seguros quanto aos caminhos que o projeto vai percorrer na Câmara.

Qual o objetivo real da manifestação de hoje?

O ato desta quinta-feira é para mostrar a injustiça

que estão fazendo conosco. Vamos dar uma oportunidade aos capixabas de mostrar a sua cara e a sua indignação com a forma que o Congresso está conduzindo esse assunto. Um outro objetivo é continuarmos o trabalho de sensibilização do governo federal para que lidere o processo. Se o governo não definir sua posição, o Congresso vai continuar atuando dessa forma irresponsável. Porque aprovar o projeto é uma forma fácil de levar dinheiro para os Estados não produtores.

Há risco alto, ainda, de o projeto ser aprovado, então...

Há um risco iminente e não podemos perder a mobilização. O evento de hoje é simbólico porque é uma reunião de capixabas, independente de serem filiadas a partidos, de terem religião ou não... É uma posição concreta do que significa hoje esse tema para o Espírito Santo. Representa a resposta dos cidadãos sobre o que recebemos de recursos do governo federal. Hoje, nossa contribuição para o governo federal é muito superior ao que recebemos, de volta, para investirmos aqui. Os royalties são um simbolismo do que este Estado recebe do governo federal. Este é um Estado que ficou à margem de um processo mais amplo de desenvolvimento nos últimos 40 anos no que se refere ao governo federal.



EDSON CHAGAS

Estrutura que está sendo montada na Praça dos Namorados recebe retoques para a manifestação

“O tratamento que está sendo dado para o royalty é um símbolo do que este Estado recebe do governo federal para investimentos”

Existem outras propostas, além das que já foi apresentadas no Senado até agora?

Os deputados estão apresentando emendas ao projeto que chegou à Câmara, mas a nossa proposta básica é: não aceitamos mudar os contratos que estão em vigor. Queremos preservar o que está licitado. Caso contrário, perderemos receita e isso não aceitamos. Nós já aceitamos o debate em torno da proposta do ex-presidente Lula, de fazer uma distribuição diferente em relação aos campos do pré-sal. Mas, só aceitamos alterações em relação às novas áreas do pré-sal.

Descoberta no Parque das Baleias

▲ A polêmica sobre royalties não para a indústria do petróleo. Ontem, a companhia britânica BP anunciou ter descoberto evidências de óleo no campo de Itaipu-2, ao Sul do Parque das Baleias. A descoberta foi feita na camada do pré-sal, segundo a empresa.

Mas, o senhor e o governador do Rio, e até de São Paulo, já chegaram a discutir proposta que tiraria uma pequena parte dos Estados produtores em detrimento dos

não produtores...

Se tivesse um entendimento para não ter redução de receita, mantendo o preço atual do petróleo, nós até aceitaríamos negociar uma proposta nesse sentido. Mas o Senado não aceitou discutir os índices propostos. Hoje, estamos numa guerra que tem diversas batalhas, porém, a guerra maior é a preservação dos direitos do Espírito Santo.

O senhor está otimista?

As pessoas me perguntam isso e eu respondo que não sou otimista e nem pessimista, eu sou persistente.

CONTINUA págs. 4, 5 e 6

A110.850-2

“Este é um Estado que ficou à margem do desenvolvimento por 40 anos.”

RENATO CASAGRANDE GOVERNADOR DO ESPÍRITO SANTO

VEJA POR QUE É NOSSO

FOTOS: ARQUIVO/AG

O governo federal é considerado o grande responsável pelo acirramento da disputa em torno dos royalties do petróleo entre as unidades da Federação. Desde o ano de 2009, quando encaminhou para o Congresso Nacional o novo marco regulatório do petróleo, o assunto ganhou dimensão de disputa entre os Estados produtores e não produtores pelos recursos do petróleo.

A partir daí, em vez de votarem os quatro projetos do novo marco para, só depois, iniciar a discussão sobre a distribuição dos royalties

do pré-sal, os parlamentares dos Estados não produtores apresentaram emendas alterando a atual legislação que regula o assunto, dando início a uma batalha.

CONSTITUIÇÃO

Na defesa dos Estados e municípios produtores, que podem perder grande parte dos recursos dos royalties, há itens que poderão ser apresentados numa ação direta de inconstitucionalidade (Adin) que os Estados pretendem apresentar ao Supremo, caso a lei seja mudada.



Protesto em Campos traz boneco de Ibsen Pinheiro após aprovação de emenda em março de 2010

1 A proposta de mudança na atual legislação que define a distribuição de royalties se caracteriza como uma **ofensa à segurança jurídica**, na avaliação dos procuradores dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Eles avaliam que, se isso acontecer, ocorrerá uma quebra de contrato em relação aos campos de petróleo que já estão em produção. Um contrato assinado entre duas partes é um ato jurídico perfeito, e os Estados produtores não podem admitir que ocorra essa quebra de acordo, avaliam os procuradores que estudam o assunto.

2 Outro ponto que justifica a manutenção da atual legislação, para o caso dos contratos já assinados, é que a mudança representará uma quebra do pacto federativo. Esse é mais um ponto importante na defesa dos interesses das regiões produtoras. Essa quebra causará desequilíbrio entre a distribuição dos encargos e das fontes de receitas relativas à produção de petróleo e gás. Esse é um dos argumentos em que os procuradores do Rio e do Espírito Santo estão utilizando para estruturar a Adin. E será a ação que os governadores poderão apresentar ao STF.



Lula promete, em 2009, não tirar dinheiro do pré-sal do ES e RJ

3 Outro ponto importante, que vem sendo estudado pelos procuradores dos dois Estados, no que se refere aos textos que poderão referendar uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF), é que uma nova distribuição de royalties viola o parágrafo 1º do artigo 20 da Constituição Federal. A avaliação dos assessores jurídicos é de que Estados e municípios produtores têm garantido o repasse dos recursos como forma de compensação financeira para as regiões produtoras, como prevê a legislação em vigor.



1º protesto conjunto entre Rio e Espírito Santo em março de 2010

4 O próprio Supremo Tribunal Federal (STF) já declarou que o Fundo de Participação dos Estados (FPE), da forma como está estruturado, só valerá até 2012. A Constituição de 1988 já estruturou o sistema de repasse para os Estados com a previsão de que os critérios utilizados para essa divisão seriam revistos. Só que, até agora, o Congresso não fez isso e, a partir de 2012, os critérios atuais do FPE não valerão mais para a distribuição dos recursos da União destinados aos Estados. E não poderá ser usado para a distribuição dos royalties, como querem os parlamentares.

5 Quem tem a responsabilidade federativa, de congregar Estados e municípios é a União, avaliam parlamentares e juristas. Então, é esta mesma União que deve arcar com o dinheiro que é pleiteado pelos Estados não produtores, e não os que produzem. Hoje, 50% da participação especial (PE) vão para a União; 40% para os Estados produtores; e 10% para os municípios produtores. A PE é uma compensação que é paga sobre a produção dos grandes campos, em sua maioria, marítimos e que complementa o que é pago de royalties.

6 Quando o governo federal quis aprovar o projeto de um novo marco regulatório, a produção da Petrobras era verticalizada, praticamente só a estatal produzia no país. Hoje já há outras companhias atuando no Brasil e, com as mais recentes descobertas, mas empresas ingressam no setor. Como a União é a principal acionista da Petrobras, acaba não tendo nenhum interesse em aumentar o que é pago a título de Participação Especial (PE). Este tipo de compensação é paga sobre a produção dos grandes campos de petróleo e gás, no sistema atual em vigor.

GARANTIA NA LEI

“É assegurado, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural ou compensação financeira para essa exploração”

ARTIGO 20 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL



A GAZETA destaca garantia de verba do pré-sal, que foi posteriormente derrubada

7 Os impactos diretos decorrentes das mudanças que estão sendo propostas poderão prejudicar os Estados e municípios produtores. Apesar de Espírito Santo e Rio de Janeiro serem os maiores prejudicados, outros Estados também produzem petróleo e gás e recebem royalties. A proposta que foi aprovada no Senado, em outubro, e que está na Câmara para avaliação, poderá tirar do Espírito Santo cerca de R\$ 500 milhões somente no próximo ano. Com o aumento da produção, o volume de dinheiro será muito maior nos próximos anos.

8 A lei do petróleo em vigor é considerada boa o bastante para regular o setor, na avaliação de juristas e especialistas do setor. O governo federal não deveria ter proposto mudanças, com o novo marco regulatório. Mas, a descoberta da grande área denominada de pré-sal, localizada entre o litoral de Santa Catarina e Espírito Santo, acabou aguçando a cobiça do governo federal e dos Estados e municípios que não produzem e, portanto, não recebem royalties. A polêmica ganhou também as ruas, além de estar dominando os debates no Congresso.

EM DEFESA DOS ROYALTIES

Entre na luta pelo que é seu

Algumas linhas de ônibus vão circular de graça, a partir das 13h, em função do protesto

MIKAELLA CAMPOS
mikaella.campos@redgazeta.com.br

A partir das 14 horas de hoje, a Grande Vitória vai parar em defesa dos royalties de petróleo. A população vai às ruas da Capital em sinal de protesto ao projeto de lei do senador Vital do Rêgo que retira mais de R\$ 500 milhões de compensação financeira do Espírito Santo já em 2012.

Até as 18 horas, haverá programação especial na Praça dos Namorados. A manifestação contará com a presença de atletas e artistas locais, além de cantores de renome nacional, como Gabriel o Pensador e Dudu Nobre.

A expectativa é de que o evento reúna mais de 10 mil pessoas. De Norte a Sul do Espírito Santo, prefeituras organizam caravanas para o ato em defesa dos royalties capixabas. Pelo menos mil pessoas de municípios do interior devem engrossar o grupo de manifestantes.

Para que a adesão ao protesto seja forte, o governo do Estado vai liberar a



EDSON CHAGAS

Prédio da Sedu também ganhou faixa da campanha

catraca de várias linhas do Transcol. Alguns ônibus do sistema de Vitória também circularão de graça.

Segundo o vice-governador Givaldo Viera, além dos serviços públicos municipais e do Estado, o Tribunal de Justiça também decretou ponto facultativo a partir das 14 horas.

Com a manifestação, o

governo do Estado espera mostrar ao país os efeitos negativos que uma mudança na distribuição dos royalties podem gerar para os Estados produtores.

agazeta.com.br

/dinheiro. Confira o jingle campanha pelos royalties. Mais informações também no site direitoepraserrespeitado.es.gov.br.

POR DENTRO DO QUE VAI ROLAR

Programação

▼ 14 horas

Bloco Bleque

▼ 14h30

Bloco Bleque com artistas locais convidados como Alexandre Lima, Rogerinho do Cavaco e Elaine Rowena.

▼ 16h20

Dudu Nobre/Bloco Bleque

▼ 17 horas

Solenidade

▼ 18h30

Bloco Bleque com participação especial de Gabriel o Pensador

Atletas

▼ Participações especiais

Jogador de vôlei medalhista de prata nas Olimpíadas de Pequim, Fábio Luiz; Frank Brow (voo livre), Laécio Nunes e Paula Sassi (kickboxing), Mariana Emídio (karatê), Buru (futebol de areia) e a equipe de futebol americano do Vila Velha Tritões, velejadora Odile Ginaid, Neymara Carvalho.

Transcol

▼ Das 13 às 15 horas

Gratuidade: T. Laranjeiras/T. Itacibá via Camburi - Beira-Mar; T. Laranjeiras/T. Itacibá - via T. Vila Velha, 3ª Ponte - Camburi; T. Laranjeiras/T. Campo Grande via Beira-Mar; T. Jacaraípe/T. Jardim América - Via Beira-Mar; T. Laranjeiras/T. São Torquato - Via Camburi/Beira-Mar

▼ Das 18 às 20 horas

Gratuidade: T. Laranj./T. Itacibá via Camburi - Beira-Mar; T. Laranjeiras/T. Itacibá - via T.VV./3ª Ponte - Camburi; T. Carapina/T. Vila Velha via 3ª Ponte; T. Carapina/T. Itacibá Via Camburi; T. Laranjeiras/T. Campo Grande via Beira-Mar; T. Jacaraípe/T. Jardim América - via Beira-Mar; Expresso; T. Laranjeiras/Shopping Vitória - via Camburi; T. Laranjeiras/T. Itaparica - via Camburi/3ª Ponte; T. Laranjeiras/T. São Torquato - via Camburi/Beira-Mar.

Linhas especiais criadas

▼ Das 13 às 5h e das 18 às 20h

Linha 1- Saída do T. de

Carapina, passando pela Reta da Penha, Avenida Desembargador Santos Neves e Praça dos Namorados. Linha 2 - Saída do T. do Ibex, Centro de VV, Av. Champagnat e Hugo Musso, 3ª Ponte e Praça dos Namorados.

Linhas municipais

▼ Das 13 às 15 horas e das 18 às 20 horas

A linha 212, assim como a 103, 111, 112, 211 e 213, terá passagem liberada.

Pedágio

▼ Gratuidade

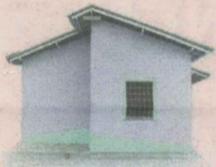
Liberado na 3ª Ponte e Rodovia do Sol das 13h30 às 14h30, bem como para o retorno, entre as 19 e 20h, no sentido Vitória-Vila Velha e Vila Velha-Guarapari.

Adesão

▼ Caravanas

Pelo menos 50 caravanas vindas do interior vão fazer corpo no ato público pela manutenção da distribuição dos royalties de petróleo para os Estados.

COM UMA PERDA DE R\$ 3,4 BI ATÉ 2015, VEJA O QUE O ESTADO E OS MUNICÍPIOS NÃO VÃO CONSEGUIR FAZER MAIS



175.200
casas populares



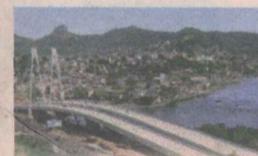
300.000 salas
de aula equipadas



45.000 Km
de redes de esgoto



Construir e equipar quase 30
hospitais como o novo Dório Silva



Construir 54 pontes
iguais à da Passagem



Comprar 51.000
ambulâncias equipadas

A Gazeta - Ed. de arte - Genildo

STF: ação daqui a duas semanas

RONDINELLI TOMAZELLI
rsuave@redgazeta.com.br

Só daqui a duas semanas as bancadas do Rio e do Espírito Santo vão bater o martelo sobre o mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF), assinado coletivamente, para barrar a votação dos royalties na Câmara dos Deputados.

Enquanto isso, há um clima geral de que o governo tende a deixar o tema para 2012 e que é melhor esperar o grande impacto das manifestações de hoje dentro do Palácio do Planalto.

Há uma discussão técnica sobre se esse recurso jurídico poderia prejudicar as Adins - ações diretas de inconstitucionalidade - que Rio e Espírito Santo pretendem ajuizar no Supremo caso a regra que traz perdas bilionárias passar na Câmara.

As bancadas estão contando com a assessoria jurídica do constitucionalista Humberto Ribeiro, especialista na área e procurador aposentado do Rio.

De todo modo, Ribeiro apresentou na reunião com as bancadas, na últi-

ma terça, pelo menos 20 pontos em que a lei aprovada no Senado fere princípios constitucionais.

Há também o temor de que o Supremo não queira arbitrar uma questão que ainda não se materializou, ou seja, está em tramitação no Legislativo - o que seria entendido como intervenção no processo normal de outro Poder.

"Nesse caso ainda não está materializada a inconstitucionalidade, pois não foi publicado o veto ou a sanção da presidente da República", observou o se-

nador Ricardo Ferraço.

Paralelamente, o senador Magno Malta entrou com um mandado de segurança no STF para interromper o andamento do substitutivo de Vital do Rêgo aprovado no Senado.

Na terça, depois de uma reunião com a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, ele teve com o ministro do Supremo, Ricardo Lewandowski, relator do mandado de segurança que ajuizou na Corte.

No mesmo dia, o ministro encaminhou aos presidentes do Senado e da Câ-

mara um pedido de dados sobre o substitutivo.

NA ASSEMBLEIA

Hoje a Comissão Especial de Petróleo e Gás da Assembleia Legislativa, realiza, às 11 horas, audiência pública para apresentar o relatório de análise da OAB-ES, que poderá fornecer subsídios jurídicos para ações em defesa dos municípios.

A expectativa é que os municípios possam ter uma participação no processo para tentar reverter o novo modelo de distribuição junto ao Supremo. Após a audiência, os participantes seguirão para o ato público.

Interdição em área de estacionar

▲ Bolsões de estacionamento serão interditados por conta do protesto. As intervenções ocorrerão em frente ao Porto Mare e Pier de Iemanjá, na praia de Camburi; do Bobs e do Dionício, na Praça dos Namorados; da Curva da Jurema; e da Praça do Papa. A prefeitura orienta motoristas a evitarem a avenida Saturnino de Brito no horário da manifestação. Cerca de 80 agentes de trânsito e 70 guardas comunitários vão atuar diretamente nessa ação.